

Fora do centro: a lógica das extensões

Qual tem sido o destino dos "edifícios antigos" fora dos centros históricos brasileiros? O caso de Salvador

Márcio Correia Campos

como citar

CAMPOS, Márcio Correia. Fora do centro: a lógica das extensões. Qual tem sido o destino dos "edifícios antigos" fora dos centros históricos brasileiros? O caso de Salvador. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 038.05, Vitruvius, jul. 2003 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.038/669>>.

O ritmo de crescimento das grandes cidades brasileiras há muito não é o mesmo dos anos 70 e 80 do século passado e tampouco a lógica de expansão sem fim através da agregação de novas áreas é tão marcante quanto antes. Desta maneira, o desafio cada vez mais constante de projetar entre, com, sobre o construído tende a marcar decididamente a prática profissional dos arquitetos. Salvador, como primeira cidade brasileira, ainda guarda inúmeros edifícios do período que vai do século XVIII até o final da Segunda Guerra Mundial fora da área delimitada como Centro Histórico. As áreas onde tais edifícios estão localizados, seguindo esta dinâmica urbana aqui esboçada, foram fortemente adensadas nos últimos anos.

Como vem sendo então a sobrevivência destas edificações fora da "proteção rigorosa" garantida pelo limite legal da área considerada patrimônio da humanidade, ou seja, entregue à "vida como ela é" da cidade? Como vem sendo tratada esta arquitetura por profissionais até agora formados em uma universidade onde todo o desenvolvimento teórico que aconteceu dos anos 60 até hoje relativo às questões tipológicas, contextualismo e regionalismo jamais foram rigorosamente incorporadas às disciplinas de projeto? E, além disso, o que vem acontecendo a estes edifícios numa época onde o instrumento de tombamento, longe de ser ampliado, foi praticamente abandonado? (1)

Conjuntos urbanos pouco resistem. Um bom exemplo talvez seja o das aproximadamente dez casas do início do século XIX que até o final dos anos 80 formavam um conjunto e conferiam um sentido urbano à igreja do bairro de Brotas, do século XVIII. A maioria sofreu processo cruel de descaracterização traduzida em favelização – tendo sido ampliadas em até três pavimentos em construção sem projeto ou acabamento – e outras foram simplesmente demolidas. Ao lado da igreja hoje um shopping center a desafia em termos de volume construído (2). Agora monumento isolado, a igreja perdeu-se definitivamente em sua ambiência.

E o que têm ocorrido isoladamente a edificações consideradas de maior importância? Quais têm sido as condições necessárias para que estas edificações escapem ao destino das "pobres e pequenas" casas da vizinhança da igreja de Brotas, já que há, sim, uma alternativa posta em ação que vem mantendo algumas construções pela cidade? E como têm sido os projetos que respondem a tais condições?

Um retorno a intervenções anteriores aos anos 90 é extremamente útil para a elucidação desta questão. A primeira delas é a extensão, de 1975, do Fórum Rui Barbosa, cuja construção data dos anos 40 do século XX. Em pouco menos de 30 anos, a anacrônica edificação neoclássica mostrou-se saturada frente à demanda por áreas destinadas a escritórios. Justamente no momento em que o governo do Estado abandonava a região do centro da cidade – gesto seguido alguns anos depois pela Prefeitura e que

poderia ter sido seguido também pelo Fórum – a "decisão" foi pela permanência e ampliação. No terreno situado ao fundo do edifício original e com uma linguagem o mais contrastante possível foi erguido então o anexo, um volume totalmente separado do primeiro, criando com isso uma passagem de pedestre entre os dois prédios (Fig. 1). O novo edifício gerou uma grande polêmica à época, numa cidade que, devido a sua topografia, pouco conheceu a experiência de contraste entre arranha-céus e edifícios históricos que marca o centro do Rio de Janeiro (3): seu desenho prismático com fachada de alumínio e vidro – international style local? – é sem dúvida uma extensão que atualiza o edifício dos anos 40 sem deixar de elaborar sobre este último um comentário irônico: a transparência e pouca espessura de sua fachada revela "desperdícios" representacionais daquele que ele vem manter em funcionamento ao mesmo tempo em que indica o limite claro da opção neoclássica do seu antecessor, acentuando os dilemas entre o padrão possível de repetição, necessário para o programa, e aquele do objeto único (4).

Na segunda metade dos anos 80 Lina Bo Bardi realizou, como plano piloto para o seu projeto de recuperação do Centro Histórico, a conhecida intervenção na Ladeira da Misericórdia. Utilizando-se da tecnologia de argamassa armada desenvolvida por Lelé – que naquele momento ensaiava redesenhar a paisagem da cidade com equipamentos como escolas, passarelas e outros elementos do mobiliário urbano com esta tecnologia – Lina não somente restaurou os três casarões ainda de pé para o uso habitacional, como também projetou para o terreno baldio contíguo a estes o restaurante Koati, com sua planta de desenho de origem circular e característicos buracos irregulares fazendo a vez de janelas. (Fig. 2) Pensado com uma extrema sensibilidade, que não deixou de incluir o cuidado com a mangueira existente no local e que virou tema central do espaço projetado, o restaurante traz uma mensagem que não poderia ser mais clara: ampliando e radicalizando a opção do contraste – agora no sentido inverso entre o excepcional e o tipológico – Lina indica que não haveria possibilidade senão uma extremamente contemporânea, longe de qualquer idéia de mimese, para a intervenção através de novas edificações em áreas marcadas por pré-existências. Parece indicado que, através deste contraste radicalizado, é que haveria alguma chance para a arquitetura dos casarões na ladeira abandonada e arruinada.

E mais importante, provavelmente: a existência do terreno baldio ao lado do conjunto da Misericórdia e a possibilidade de uso do terreno ao fundo do Fórum Rui Barbosa indicam que a preservação dos “bens históricos” situados fora das áreas de proteção rigorosa depende da própria capacidade em área a ser agregada para uma utilização contemporânea. Re-inserir ou assegurar a vida de uma edificação ou conjunto urbano parece depender diretamente desta capacidade física de ampliação e/ou anexação para os programas contemporâneos, que em sua maioria esmagadora apresentam uma demanda por área incapaz de ser atendida pelas construções originais.

No final dos anos 80 uma mudança de gosto, que deu início à “atualização” da produção local com os temas da arquitetura pós-moderna historicista norte-americana, possibilitou a permanência física de vários casarões do Corredor da Vitória. Se até então eles foram sucessivamente demolidos para dar lugar aos edifícios de apartamentos da classe média alta, a partir deste momento as casas das famílias ricas construídas a partir da segunda metade do século XIX na expansão da cidade para o sul, foram preservadas e tornaram-se hall de entrada e salão de festas dos novos edifícios. Numa clara apropriação do “capital simbólico” (5) destes casarões, alguns destes novos arranha-céus passaram a ostentar frontões estilizados em seu topo (Fig. 3). Interessante notar que, enquanto esta estratégia tornou-se recorrente, em alguns casos, onde os terrenos dispõem de menores dimensões, a demolição de tais casarões não deixou de ser opção para a construção de novos edifícios. Em outros casos, como na realização da nova sede da Aliança Francesa, onde a demanda por área, embora menor que a de um edifício de apartamentos, era ainda assim bem maior que a área construída disponível no edifício antigo, a solução, para um terreno de dimensões pequenas, foi a de escavar um subsolo para a instalação do novo auditório. Aqui, como nas casas transformadas em novos salões de festas, é mais uma vez esta possibilidade de ampliação que garantiu a permanência física do edifício original frente ao novo programa.

Tal mudança de gosto constatada nos edifícios do Corredor da Vitória consolidou-se e sofreu influência sem dúvida do ocorrido com o Centro Histórico da cidade neste período. Da incorporação à lista da Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1986 à conclusão das primeiras obras da intervenção no Pelourinho na primeira metade dos anos 90, o patrimônio histórico experimentou uma valorização descomunal, ainda que superficial, dentro do imaginário da população da cidade. Na medida exata dada pela transformação da imagem de grande centro de prostituição e drogas para a de uma seqüência exageradamente colorida de bares e lojas destinados a um público com alto poder aquisitivo e aos turistas (6), qualquer elemento identificado como histórico ou regional passou a ser reconhecido como símbolo de status e tal operação colaborou para que as tímidas alusões dos primeiros frontões dos edifícios da Vitória dessem lugar a uma vazão desenfreada da arquitetura de “inspiração” no pós-moderno norte-americano de edifícios como o do shopping center na área do antigo Aeroclub e do conjunto de hotéis na praia de Sauípe, onde inclusive uma suposta réplica do próprio Pelourinho abriga uma série de pousadas.

A mudança de gosto esboçada na Vitória parece assim tomar fôlego para se estabelecer por toda a cidade, o que pode ser constatado, por exemplo, na área mais central da Av. Sete de Setembro, que teve seu dinamismo drasticamente reduzido com o estabelecimento do novo centro da cidade na área da Av. Tancredo Neves. Fora do perímetro de proteção rigorosa do centro histórico, a Av. Sete de Setembro teve vários de seus edifícios abandonados, com alguns deles tendo entrado em processo de arruinamento, o que aconteceu por exemplo ao casarão eclético na esquina com a Rua Politeama. Em terreno contíguo ao seu funcionava uma padaria, que foi destruída por incêndio e da qual sobraram apenas a fachada com sua platibanda ornamentada e trechos de outras paredes originais. Uma grande intervenção neste terreno vazio, onde foi construído um edifício com 8 andares, possibilitou a recuperação do casarão da esquina, formando hoje uma unidade marcada quase que ingenuamente pelo uso da mesma cor em ambas as fachadas (Fig. 4). A decisão, porém, de refazer a fachada da construção destruída pelo incêndio e com ela “adornar” o que seria um interessante vazio criado pelo recuo do volume do edifício novo no primeiro andar, indica esta nova “sensibilidade” e é de um resultado desastroso. Longe de operar francamente com os contrastes como tensão e vitalidade, características indiscutíveis a tal intervenção, as decisões aqui parecem acreditar num gesto conciliatório, como quem tenta esconder um elefante embaixo da mesa. Tal decisão não poderia ser mais contrária àquela de Lina Bo Bardi na Misericórdia.

Bastante revelador é o caso da academia de ginástica Vila Forma, projeto da arquiteta Arilda Cardoso, no bairro do Rio Vermelho, inaugurada há pouco mais de um ano. Situada no Largo de Santana, área de proteção histórica, a academia tem sua sede em um casarão do século XVIII, há muito fechado, e cuja área construída, seguindo o perfil até aqui verificado, não era capaz de atender às demandas de um programa tão contemporâneo. A existência de uma extensa área adjacente à casa e que correspondia ao seu quintal, foi determinante portanto para a sua recuperação. Ali foi construído um anexo para abrigar salas de ginástica e uma piscina no térreo (Fig. 5, 6 e 7). Apesar, ou talvez exatamente por isso, da extrema qualidade arquitetônica com que a casa original foi tratada em sua recuperação, revelada em uma série de decisões que vão do contraste irônico entre os equipamentos modernos de ginástica e os lustres de vidro que imitam originais históricos no grande salão à acurada escolha de materiais, a aparência final do volume anexado, mais do que sua lógica espacial, é decepcionante. Sendo em sua espacialidade uma lâmina transparente sobre um térreo vazio, tal volume recebeu um telhado de quatro águas e foi encostado no pesado muro que circunda o terreno, gerando uma percepção onde a primeira leitura é a de submissão em termos de forma e expressão aos parâmetros do edifício antigo. Longe de ressaltar o interessante vão da estrutura de concreto que sustenta o pavimento superior e cobre o vazio no térreo gerado pela piscina, o desenho final do anexo pode ser lido como um pilotis que preferiria não sê-lo e que sustenta uma sede de fazenda ajardinada. Esquadrias dispostas a 45° e uma ponte, enfeitada por grades e que serve de única ligação entre os dois volumes, só auxiliam o resultado infeliz do conjunto. Tais decisões projetuais parecem ainda mais incompreensíveis se tomarmos como referência o Hotel Catarina Paraguassu, projeto da mesma arquiteta, onde o edifício anexado à casa de aberturas

neogóticas de finais do século XIX não tem como intenção qualquer ênfase na relação de contraste entre o novo e o antigo sem, porém, sabiamente assumir nenhum apelo tipológico ou figurativo com a pré-existência (Fig. 8). No projeto da academia de ginástica essa medida revela-se perdida.

De intensidade mais preocupante porém são as conseqüências do fato de o terreno onde a academia foi instalada efetivamente não conseguir dar conta de todo o programa. Voltado para um público que em sua maioria esmagadora desloca-se em automóveis até a academia, o projeto não prevê nenhuma vaga de garagem no terreno próprio da casa. E como as ruas vizinhas já não eram capazes de absorver a relativamente alta demanda por estacionamento da área, a solução tem sido a promoção de terrenos baldios na rua Cons. Pedro Luiz, limite de fundo da academia (Fig. 9 e 10). Além de dois terrenos utilizados desde a sua inauguração para esse fim, recentemente uma terceira casa na mesma rua foi demolida para atender à demanda crescente por vagas de estacionamento. Maior paradoxo não poderia haver: enquanto o apelo formal do volume anexo tenta valorizar a postura de recuperação do patrimônio, a dinâmica urbana gerada pela academia transforma o Rio Vermelho numa paisagem que remete imediatamente à de Los Angeles, com sua baixa densidade de construção e vastas áreas de estacionamento, acelerando enfim a fragmentação da estrutura urbana do bairro.

As intervenções das últimas duas décadas seguem desta maneira uma orientação por demais distinta, senão oposta, àquela esboçada por Lina Bo Bardi ou mesmo presente na ampliação do Fórum Rui Barbosa. O aparente paradoxo entre uma valorização da imagem do que pode ser considerado histórico e intervenções que acabam por não superar a consciência de monumento isolado conferida a este histórico, herdada de um modernismo não atualizado, apenas indica o quanto a discussão mais importante, que une a valorização da arquitetura dita histórica e a dinâmica, a vitalidade e a individualidade do espaço urbano a ela relacionado, ainda não está enfrentada. O aparente zelo exacerbado pelo edifício histórico capaz de resistir à demolição, que, tratado como obra de arte única, intocável, acaba por sucumbir à imagem conservadora a ele atribuída que reforça um ato de projeto que pretende acreditar numa conciliação harmônica de instâncias tão díspares, torna-se indicador de quanto o imaginário do “histórico” efetivamente penetrou como um juízo de valor perverso em todas as instâncias de decisões projetuais, do arquiteto ao empreendedor, passando pelo cliente e, com um poder que não deve ser subestimado, pelos órgãos dedicados à preservação do patrimônio neste período de tempo aqui analisado. Tal atuação parece mesmo tentar fazer crer que a lógica implacável que determina que a potencialidade de área construída a ser agregada ao edifício histórico venha sendo a condição básica de sua manutenção, pudesse ser camuflada.

Enquanto neste mesmo período intervenções por toda a Europa indicaram uma postura muito mais liberal e heterodoxa em relação ao patrimônio histórico – como, por exemplo, as recentes intervenções em Viena no Gasômetro e no Museumsquartier – por aqui estas instâncias de projeto parecem ter tido a oportunidade de pôr em prática, numa multiplicação de monumentos isolados, de objetos intocados, algumas idéias no mínimo não revisadas do que é histórico, onde se tornam estampados a ausência de compreensão da dinâmica contemporânea e sua expressão em termos arquitetônicos e do estudo de soluções de referência como a da própria Lina na Ladeira da Misericórdia.

notas

1

A repercussão do recente tombamento das residências ecléticas do Corredor da Vitória, ato que indica uma mudança de orientação no IPHAN sob nova direção, é indicativo do quão tal prática foi deixada de lado nos últimos quinze ou vinte anos. Sobre o tombamento destas residências, A Tarde, edições online de 18, 21 e 23 de junho 2003.

2

Curiosamente, o inventário de bens históricos do Estado da Bahia, o IPAC-SIC, de 1975, "previu" de alguma forma o destino deste conjunto, ao considerá-lo arquitetura menor, "sem nenhum caráter arquitetônico". In Bahia, Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. IPAC-BA – Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos do município de Salvador, 2ª edição. Salvador, 1984, p. 111.

3

O livro de autoria de Cêça Guimaraens, Paradoxos Entrelaçados – As torres para o futuro e a tradição nacional, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2002, trata exatamente do papel do IPHAN na construção de tal paisagem urbana.

4

Tal composição evoca e dramatiza pela proximidade o contraste caro ao modernismo brasileiro explorado, por exemplo, por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer na Esplanda dos Ministérios em Brasília, entre a Catedral, o Congresso e os Palácios, como objetos únicos, e os próprios Ministérios.

5

Tal lógica de mercado fez com que, por exemplo, a antiga residência dos Bispos em Salvador fosse dois anos atrás „dispensada de tombamento“, para que também pudesse vir a ser hall de entrada e salão de festas do mais novo empreendimento imobiliário na área. O início dos debates sobre o tema, desenvolvidos nas páginas de A Tarde, está disponível na edição online do jornal dos dia 26/07/2001 e 28/07/2001.

6

É interessante notar que, dentro do rigor de proteção máxima e fora das demandas cotidianas , as intervenções nos quarteirões do Pelourinho, visivelmente artificiais, foram marcadas por uma redução da área construída, num sentido inverso ao que estamos observando aqui.

sobre o autor

Márcio Correia Campos é arquiteto pela UFBa, Dipl.-Ing. Arch, TU-Wien, Áustria, e professor titular do Departamento de Engenharia e Arquitetura da Universidade Salvador, UNIFACS, Salvador BA.

     038.04

[Arquitetura é fracasso?](#)

Danilo Matoso Macedo

038.06

[Teatro do Parque Ibirapuera: em nome de quem?](#)

Cecília Rodrigues dos Santos

038.08

[Praça Fleming: um conjunto residencial orgânico?](#)

Izabel Amaral e Guilah Naslavsky